Para contribuir de forma significativa com o meio ambiente, desenvolvendo atividades com a arte e a reciclagem percebe-se que pode haver uma contribuição significativa dos alunos na preservação do meio ambiente.

Levando em conta as considerações acima, a proteção do meio ambiente é atualmente uma questão que vem ganhando grande importância em todo o mundo. A Educação por meio da Arte e da Reciclagem tem um objetivo bem definido que é ajudar as pessoas ou grupos sociais: conscientizar-se sobre o meio ambiente, proporcionando-lhes conhecimentos que os ajudem a ter uma compreensão básica do habitat em sua totalidade, de seus problemas ; adquirindo valores sociais que os façam mudar de atitude e, ao mesmo tempo, fomentando as habilidades necessárias para resolver os problemas ambientais, para o que devem explorar sua capacidade de avaliar medidas e programas de educação ambiental baseados em aspectos ecológicos, políticos, econômicos, sociais, estéticos e institucional, promovendo para isso a participação com sentido de responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

DWEYE, J. (1925-1953). Arte como experiência. (V. Ribeiro, Trad.) martins.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários: A prática educativa. São Paulo: Paz da Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir, 2008. Educar para a sustentabilidade. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de

Pesquisa. N. 118, p 189-206. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf > Acesso em: 22 março 2022.
KRASILCHIK, Myriam. Prática de Ensino de Biologia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Traduzido por Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001. MÖDINGER, Carlos Roberto et al. Artes visuais, dança, música e teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Erechim: Edelbra, 2012.

PALHACI, Maria. C.J.P; PALHACI, Talitha, P; HELLMEISTER, Luis. A; NICOLA, Ricardo. A importância da Arte como meio de reciclagem e como formação de um novo pensamento ambiental. 2012. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134942/ISSN2317-1707-201205-01-553-557.pdf?sequence=1. Acesso em 22 março 2022.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

RODRIGUES, Francisco Luiz; CAVINATTO, Vilma Maria. Lixo: de onde vem e para onde vai? 2 ed.São Paulo: Moderna, 2003.

SATO, Michele. Resenhando Esperanças por um Brasil Sustentável e

Democrático. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.12, n.22, p. 189- 197, 2003.

O PODER DA INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS EDUCACIONAIS

ROBERTA RODRIGUES DE PAULA

Resumo:

Para que esta situação seja tratada de forma cada vez mais natural, se fazem necessárias matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular. Uma mudança de contexto para uma educação inclusiva e a garantia de inclusão e sucesso educacional de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, traz alguns avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem. Nesta nova abordagem, às crianças deficientes ou com dificuldades de aprendizagem, devem ter a garantia de acesso e permanência no âmbito escolar e todos os esforços devem ser dispensados para que a aprendizagem seja efetiva. A educação é um dos segmentos que mais sofre mudanças e adequações ao longo da história. No caso da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar regular, a inclusão se tornou, de certa forma, um acolhimento e a entrada destas pessoas na sociedade. No sistema de ensino escolar, com o propósito de socialização dos mesmos e da eliminação de preconceitos sofridos há tempos, até mesmo as leis que regem o país sofrem alterações.

Palavra-chave: Equidade; Inclusão Escolar; Integração Escolar; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO:

A primeira preocupação quando pensamos em deficiência, integração e inclusão, é a de integrar os deficientes para que conseguissem permanecer na escola, com o passar dos tempos e com as políticas públicas voltadas à inclusão escolar o foco foi sendo modificado e somente a integração não seria o bastante para que a inclusão se efetivasse. A partir do século XVIII os deficientes passam a ser integrados à sociedade e as preocupações com a educação desta clientela passam a ser discutidas. Ao longo dos anos foram criadas instituições especializadas e escolas especiais que atendiam estes estudantes funcionando como uma forma de degrau para o aluno chegar à escola regular

A legislação brasileira prevê o atendimento educacional dos deficientes nas redes regulares de ensino, e em casos específicos em escolas especiais, a legislação prevê preferencialmente este atendimento em sala regular e somente nos casos que forem inviáveis, garantir um atendimento em outro tipo de instituição. A preocupação em garantir os direitos para o atendimento do deficiente torna-se mais efetiva com a Constituição Federal (1988) quando promulga que o atendimento educacional especializado à estas pessoas devem ser realizadas preferencialmente na rede regular de ensino.

Durante a evolução dos estudos sobre a Educação Especial, as posturas eram voltadas às pessoas e suas individualidades, que apenas atendiam a demanda do cotidiano, até ao ponto de não ser isso mais possível e ser necessária a criação de uma política de Educação Especial, com criação de leis e estratégias para um atendimento globalizado (CARNEIRO, 2008).

Este artigo aborda o tema Inclusão, Equidade e Integração Escolar e busca apresentar os principais conceitos que envolvem os três temas. Para isso temos como objetivos para este estudo abordar as diferentes concepções que surgiram ao longo da história relacionadas as práticas de escolarização voltadas a inclusão escolar, apresentar de que maneira se consolidou os conceitos de inclusão e equidade e apresentar alguns pontos importantes sobre as mudanças ocorridas durante este processo de reconhecimento dos direitos dos estudantes, voltados ao acesso e permanência a escola com qualidade.

Nesse sentido, pretende-se aqui, analisar as oportunidades de inclusão dos educandos no ensino regular, isto é, dos que apresentam deficiência intelectual, conforme determina a legislação e indicar caminhos para melhorar a participação desses sujeitos no desenvolvimento de sua aprendizagem e sua consequente inserção na sociedade.

É significativa a evidência sobre a existência e persistência de desigualdades que afetam as crianças imigrantes e descendentes no contexto escolar, seja no plano de desempenho escolar, seja no plano das relações sociais. Estas desigualdades são contrárias aos valores e princípios (GUERRA, 2019, p. 22).

OS DESAFIOS EDUCACIONAIS

Socialização e inclusão das crianças imigrantes na educação infantil: a falta de inclusão nos dias atuais, quando vivenciamos uma grande massa de imigrantes no Brasil, como desenvolver pedagogicamente um sistema de ensino/aprendizagem, para esses novos imigrantes no sistema de ensino regular.

O dilema enfrentado pelas crianças, e mesmo pelos adultos, é a sua inclusão por meio do aprofundamento na cultura brasileira em relação da sua, logo que não existe uma grande comunidade que vise à manutenção da cultura, ou mesmo escolas direcionadas neste objetivo:

A imigração moldou a cidade de São Paulo. A capital conta com a maior colônia Japonesa do mundo- é o segundo lugar do mundo com mais japoneses, vindo logo após o Japão. Após as ondas migratórias para as lavouras de café, São Paulo continuou recebendo um grande número de imigrantes. Estima-se que haja cerca de 70 nacionalidades formando o município de São Paulo. A cidade conta com muitos bolivianos, haitianos, chineses, coreanos, etc. (FRANÇA, 2018, p. 11).

A situação é traumática desde o momento da chegada em um país com costume totalmente diferente no caso de imigrantes que chegam ao Brasil, que encontram trabalho em oficinas têxteis na cidade homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, trabalhando em condições penosas na maioria das vezes, ou seja, além de estarem passando por um processo difícil que é a imigração.

Esses imigrantes sofrem com a perda de seus costumes, por não ter condição de manter uma colônia institucionalizada no Brasil e que vise à preservação da cultura nativa, eles têm que se sujeitar a péssimas condições de vida e de trabalho, assim como sofrer por intolerância étnica.

Nas escolas regulares, as crianças têm que se esforçar para aprender uma nova língua enquanto tentam acompanhar os conteúdos programáticos. Ao mesmo tempo são inibidos ao usarem sua língua materna na sala de aula:

Fora da escola, os pais muitas vezes não têm a capacidade de colocar as crianças em contato com a língua da sociedade de acolhimento, uma vez que os pais das crianças de origem imigrante os apresentam pró-

prios um fraco domínio da língua as crianças enfrentam uma desvantagem adicional, os pais não conseguem proporcionar o exemplo de que todas as crianças necessitam para aprenderem a dominar a língua, nem são capazes de corrigir os seus erros. Na verdade, algumas famílias recorrem até as crianças para evitar o isolamento linguístico, pois estes são muitas vezes capazes de comunicar em ambas as línguas e de atuar como mediadores quando é essencial que se verifique a comunicação, como por exemplo, nas idas a escola (FONSECA, 2005, p. 72).

As atitudes de discriminação por parte de algumas crianças sobre os alunos imigrantes podem demonstrar uma reação frente a uma possível ameaça que os estrangeiros representam a essas crianças, pois em geral o desempenho dos alunos imigrantes na escola é bom, falam outro idioma, causando assim uma possível admiração por parte dos professores e até mesmo uma atenção especial por ser imigrante.

A respeito dos problemas enfrentados pelas famílias de imigrantes que decidiu buscar melhores condições de trabalho, educação e vida em um novo país, deparam com dificuldades na inclusão das crianças na educação infantil. Devido o fato da cultura, idioma e adaptação inicial com a socialização com as demais crianças e professores.

O imigrante preocupado com a manutenção de sua integridade cultural buscou o apoio da criação de escolas. É claro que estes, nas suas primeiras décadas da colonização, não possuíam condições de estruturarem uma rede escolar esplendorosa e ocupada por professores especializados. Faltava-lhes muito mais do que recursos materiais e também apoio humano (Rigo, 2007, p. 46).

A migração, ao contrário do que a lógica nos induz pensar, pode trazer mais perdas do que ganhos para essas famílias. Conforme Topa (20016, p.45) “as mudanças que ocorrem em um processo migratório, tanto a nível social como a nível individual (mudanças físicas, biológicas e políticas) podem acarretar conflitos psicológicos, desintegração social e/ ou mesmo declínio de saúde mental”.

Um grande desafio para educação infantil para as crianças em idade escolar, quando migram acompanhando seus pais, no caso de imigração familiar. Esta criança que vai com sua família para um novo país, buscando cidadania, saúde e educação.

Também precisa abrir mão de muitos de seus costumes culturais em prol de uma nova socialização no país a qual pretende iniciar um novo ciclo de vida, ou seja, isto implica dizer que, mais que seus pais, essa criança precisa incorporar os costumes e as regras sociais para que seja integrado socialmente a um novo e diferente modelo de vida e sistema de ensino e, na maioria das vezes, aprender um novo idioma simultaneamente, se este for diferente de sua língua materna, a qual ainda é falada em casa:

As escolas, principais organizações educativas, são hoje espaços de significativos intercâmbios culturais e como tal, diretamente envolvidos no acolhimento e integração de indivíduos de origens socioculturais diversas. O seu papel é fundamental para a criação e sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante. Cabe-lhe a responsabilidade de colocar em prática as políticas educativas, mas também promover a integração do indivíduo, de formar para o desenvolvimento de atitudes de cidadania para com os outros e para as instituições e contribuir para a dinâmica interna dos grupos e destes com o meio social. Por conseguinte, coloca requisitos de civilidade à escola desafiando-a a formação de capital social que alimente as relações de confiança e propicie a construção de sociedade mais coesa (HORTAS, 2013, p. 42).

A mudança migratória dessa família e a socialização que se apresenta em todas as individuais da mesma, gera um processo de adaptação aos costumes, valores e crenças, surgindo assim um ambiente contraditório do real contexto vivenciado durante que sabe anos ou décadas.

Segundo Debiaggi (2004, p. 255) “a socialização supõe a noção de um outro generalizado que se característica pela razão e pelo processo de adaptação as necessidades pelas quais passa o indivíduo”:

Quando o mundo social a realidade do processo de socialização se apresenta ao indivíduo, de forma discordante da realidade da socialização primária, este para interiorizar esse novo mundo, passa por um processo chamado de alternação. Caracteriza-se pela anulação do passado, dando novas significações de legitimação à transformação do presente, reinterpretando radicalmente o significado das vivências de ações de vida passada (DEBIAGGI, 2004, p. 256).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No passado, a sociedade frequentemente colocou obstáculos à integração das pessoas deficientes receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações estão, lentamente, presentes desde os tempos da antiga Grécia, em Esparta, onde essas pessoas eram jogadas do alto de montanhas, ou em

Atenas, onde elas eram abandonadas nas florestas (GIL; FREITAS, 2005, p. 10).

Além do estigma com os tidos como “não normais, é necessário ressaltar outra forma de discriminação que colocava na macroestrutura da sociedade grega, especificamente o saber (homo sapiens) e daqueles que eram subjugados e viviam num permanente processo de marginalização, os escra-

vos (homo faber). Portanto, neste período da história que se estende do século XII a.C. até mais ou menos o século IV da Era Cristã, as diferenças foram tratadas com divisão, estratificação e porque não dizer, classificação, perpetuando velhos dogmas que ainda hoje permanecem.

Estas ações de considerar as pessoas tidas como não normais ou que não se adequaram aos padrões sociais desejáveis de estarem possuídas pelo demônio não pode ser visto sob o ângulo da condição da humanidade, mas como um fenômeno histórico que aconteceu em determinado período e geograficamente localizado, atendendo aos interesses daquela época. Portanto, talvez não houvesse maldade nas ações que dizimaram ou vitimaram milhares de pessoas

"diferentes", mas a compreensão de que aquilo era necessário para eliminar os que não se enquadraram, o que constituía a lei naquele momento:

O conceito de inclusão, apesar de estar profundamente vinculado às deficiências das crianças, ampliou-se nos debates e nas políticas educacionais. A concepção de diversidade e singularidade das pessoas mostra que cada bebê e cada criança devem ser vistos como uma pessoa diferente das demais, com interesses e necessidades próprias e que precisa de uma intervenção pedagógica construída a partir das suas características e de seu grupo de colegas. Se uma Unidade Escolar consegue incorporar em suas práticas o respeito à alteridade humana, certamente conseguirá atender as necessidades de todos os bebês e crianças (SÃO PAULO, 2019, p. 33)

Mantoan (1988) enfatiza que a proposta de escolarização consistia em todos os alunos, sem exceção, estarem submetidos ao processo de escolarização na classe de ensino regular, recebendo uma educação eficaz, defendendo a necessidade de uma reformulação na educação especial e geral para constituir um recurso de maior alcance para todos os educandos.

Atualmente a educação inclusiva tem sido vista sob outra ótica, que considera que a mesma não é um método pedagógico nem tampouco uma estratégia para barateamento de custos da educação, neste sentido, destaca as novas possibilidades de ensino e intervenções educativas neste novo contexto.

Conforme Gil; Freitas (2005, p.11) a história da humanidade pode ser dividida em cinco fases, pressupondo o modo como os deficientes foram tratados e considerados. São elas:

1- Fase filantrópica em que os deficientes são considerados doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza, precisam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde;

2- Fase da assistência pública em que o mesmo estatuto de doentes e inválido e implica a institucionalização da ajuda e da assistência social;

3- Fase dos direitos fundamentais, iguais para todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas limitações ou incapacidades. É a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;

4- Fase da igualdade de oportunidades época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola e, ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem.

5 Fase do direito à integração se na fase anterior se promovia o aumento das deficiências, uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarando com defesa dos direitos de igualdade agrava essas diferenças, agora é o conceito de norma ou de normalidade que passa a ser posto em questão (GIL; FREITAS, 2005, p.11).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A TECNOLOGIA

Primeiramente é preciso ter uma compreensão do que se trata a Educação a Distância para que assim não se cometa equívocos referentes ao seu conceito. A Educação a Distância é uma ferramenta que possui o aluno como sujeito, onde de forma individualizada busca suprir seus questionamentos de acordo com sua realidade espacial e temporal.

Segundo Neves (2002), os meios utilizados pela EaD são as mídias e os ambientes virtuais (AVA), dando assim aos educandos um momento de socialização e principalmente gerando experiências entre os envolvidos na busca da construção de conhecimento.

A EaD rompe de uma vez por todas com os processos tradicionais de ensino, e assim, tornando-se uma ferramenta alternativa de suma importância para os avanços das soluções educacionais, onde busca estabelecer a democratização do acesso à educação.

É um caminho educacional que busca facilitar o acesso à formação do educando para aqueles que não foram incluídos no processo educacional tradicional, seja por motivo geográfico, financeiro ou temporal (NEVES, 2002).

O uso da tecnologia leva os educandos a uma maior autonomia de aprendizagem e com isso, a EaD tem como principal caracte-

rística a oportunidade de se estudar no horário, lugar e tempo mais propício, buscando com isso a apropriação de uma educação com qualidade (NEVES, 2002),

A educação a distância não é um modismo: é parte de um amplo e contínuo processo de mudança, que inclui não só a democratização do acesso a níveis crescente de escolaridade, mas também como uma adoção de novos paradigmas educacionais, em cuja base estão os conceitos de totalidade, de aprendizagem como fenômeno pessoal e social, de formação de sujeitos autônomos, capazes de buscar, de criar, de aprender ao longo de toda a vida e de intervir no mundo em que vivem (NEVES, 2002, p. 137).

A educação a distância tem conquistado seu espaço dentro do contexto educacional e com isso tem deixado de ser apenas algo especulativo e se tornado algo real e estratégico para que assim seja realizada mudanças profundas no sistema educacional brasileiro e na sociedade como um todo.

A educação a distância veio para proporcionar uma opção cada vez mais importante para o educando adquirir conhecimento. Também possui uma proposta de educação mais flexível, além disso, seus conceitos de geração perpassam o contexto tecnológico, pois o processo de acesso a essa tecnologia acontece de forma gradativa em cenários diferentes e possui como base principal a preocupação com o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Moran (2002) "A educação superior a distância vive um período de grandes mudanças. O avanço da Internet está facilitando o acesso a cursos on-line, de graduação e pós-graduação, principalmente de especialização".

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em especial nos seus artigos 80 e 87, reconhece a educação a distância e a partir de aí se intensificam os cursos nos vários níveis. Até então os cursos eram esporádicos e se concentravam mais no seu caráter supletivo (telecursos) e só a Universidade de Brasília vinha oferecendo alguns cursos de especialização e extensão por correspondência. O primeiro curso de graduação a distância criado foi o de Pedagogia de 1a a 4a série pela Universidade Federal do Mato Grosso, em caráter experimental, a partir de 1995 para professores em serviço da rede pública estadual e municipal (MORAN, 2002, p. 272).

A EaD possui uma metodologia de estudo que exige dos educandos uma postura mais firme diante dos estudos, pois o ciclo de aprendizagem acontece de forma autônoma, onde o mediador do diálogo é a tecnologia, sendo assim, o educando é mais exigido na questão disciplinar, empenho, curiosidade e interesse.

EQUIDADE E INCLUSÃO

Na visão de Oliveira (2019), para tratar da inclusão escolar, o primeiro desafio a vencer é a questão da acessibilidade. Acessibilidade implica vencer as barreiras que impedem o aluno com deficiência de ter acesso aos ambientes escolares e apropriação do conhecimento.

As principais barreiras, de acordo com Sassaki (2005), a serem vencidas na escola são:

- Barreiras arquitetônicas: dizem respeito aos obstáculos arquitetônicos (escadas, banheiros não adaptados, mobiliários inadequados, entre outros), nos recintos internos da escola que dificultam ou impedem o livre acesso do aluno com deficiência física.

- Barreiras curriculares: dizem respeito aos métodos e técnicas de estudo, à organização curricular que não se adequam às necessidades específicas do aluno com deficiência intelectual, pois, para que ele se aproprie do conhecimento faz-se necessário a flexibilização curricular.

- Barreiras atitudinais: tais barreiras são as mais difíceis de serem vencidas, pois são invisíveis, uma vez que se tratam de preconceitos, estigmas, estereótipos que as pessoas carregam em relação ao aluno com deficiência intelectual.

Para eliminação das barreiras curriculares e atitudinais, a política educacional brasileira vem enfrentando o desafio de construir uma escola de qualidade para todos, que reconhece e reafirma o direito que todas as pessoas têm à educação.

O processo de inclusão, de acordo com Gotti (2019), pressupõe uma reestruturação do sistema de ensino, que deverá adequar-se às diferentes necessidades dos alunos. Cada escola, por meio do projeto pedagógico, organiza os tipos de apoio ou suportes que pode oferecer e organizar, como as adequações ou adaptações curriculares para que eles tenham acesso ao currículo.

O MEC tem elaborado documentos que explicitam essa política de inclusão escolar, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais para a Educação Infantil, os Referenciais para a Formação de Professores e as Adaptações Curriculares, estratégias para a educação de alunos com deficiência (GOTTI, 2019).

A inclusão é um desafio que, na opinião de Fávero (2004), se for efetivado provocará melhorias na qualidade da educação, "pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças" (p. 30). Entende-se, portanto,

que a inclusão escolar é benéfica para todos, é um processo gradativo que caminha para a construção de uma sociedade inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As deficiências não impedem sua participação e contribuição na sociedade. Elas podem ser parte ativa da sociedade e agente participativo em seu próprio desenvolvimento. Foram analisadas com os professores e pais as ações realizadas pelas escolas para incluir os alunos com deficiência intelectual nos projetos desenvolvidos e percebemos que as escolas não estão participando ativamente desse processo, pois, os relatos demonstram apenas a ação dos professores.

É preciso educar os estudantes, as famílias e a comunidade escolar numa perspectiva inclusiva para que todos conheçam os seus direitos e possam contribuir para as aprendizagens significativas na escola. Todos desempenham um papel importante para que a inclusão se efetive nas escolas e para que todos os estudantes exerçam o direito de aprender e conviver com os demais.

Dessa forma, pode-se concluir que as práticas e ações realizadas pelos professores contemplam os preceitos da inclusão, fazendo então, que os alunos com deficiência intelectual sejam incluídos no processo ensino-aprendizagem. Verificou-se, também, que os professores buscam atender às necessidades dos alunos, por meio de adaptações do sistema educativo, com muita força de vontade e carinho, usam jogos, entre outros materiais, para que o aluno com deficiência intelectual tenha acesso ao conhecimento.

A igualdade de condições, em qualquer domínio da vida humana coletiva ou individual, supõe necessariamente igualdade de todos os seres humanos, a fim de que não seja apenas formal ou não esteja apenas nas leis ou resoluções, mas que, pelo princípio de equidade, sejam reconhecidas a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para que as práticas sociais e, particularmente, o processo educacional contemplem as dificuldades e possibilidades dos alunos em seus vários níveis, sejam elas físicas, sociais ou culturais.

Durante a realização deste estudo, percebeu-se que a inclusão do aluno com deficiência intelectual requer formação e capacitação dos professores, para que possam trabalhar efetivamente de forma inclusiva, atendendo assim, às necessidades de cada aluno.

REFERÊNCIAS

_____. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: Revista Nova Escola. ed. 182. maio de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Educação Especial: Deficiência Mental. Brasília, DF: MEC, 1997.

CARNEIRO, M. A. O acesso de alunos com deficiência à escola e classes comuns: possibilidades e limitações. 2ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

EVANGELISTA, L. M. C. As novas abordagens do diagnóstico da deficiência Mental. São Paulo: Vetor, 2009.

FÁVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GIL, D. M; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial,. Santa Maria, n. 27, 2005.

GOES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. de. (Orgs.). Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas: autores associados, 2004.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R. V. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, M.T.E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 33, p.387-405. set/dez, 2006.

PESSOTTI, Isaías. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo, Edusp, 1984.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: Revista da Educação Especial – Fascículo 1.

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Vol. 1, nº 1, Out/2005.

DIREITO À EDUCAÇÃO

ROSELUCE CRISTINA NASCIMENTO LIMA